

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL ESTADUNIDENSE: DA CRIAÇÃO DA UNIDADE À EXPANSÃO TERRITORIAL

Fabiano Almeida Matos¹

RESUMO

Os Estados Unidos foi a primeira nação a conseguir a independência na América, no final do século XVIII. Entretanto, a nação estadunidense e o nacionalismo de seu povo só foram consolidados em meados do XIX. Iremos discutir como se deu historicamente a formação do Estado nacional americano, e como uma federação de Estados independentes criou uma cultura, símbolos e ritos para engendrar uma nação, bem como identificar o sentimento de nacionalidade dos Estados Unidos. A partir daí, identificar como a ideologia do “destino manifesto” legitimou a política agressiva americana em relação à expansão territorial, com o intuito de expandir o país até os limites do continente, fosse pela anexação pacífica, pela compra ou pela guerra.

Palavras chave: Estado nacional, Expansionismo, Nacionalismo.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreendermos o caso da formação do estado nacional norte-americano, é oportuno que tomemos algumas definições sobre Nação, Estado nacional e nacionalismo. Desse modo, vamos levar em consideração as definições de Montserrat Guibernau e Eric Hobsbawm.

Para Guibernau, existem dois tipos principais de nacionalismo: o incutido pelos governantes de um Estado nacional, como um meio de homogeneizar sua população; e o das nações sem Estado, incorporados a Estados nacionais maiores.¹ A autora nos apresenta uma diferenciação entre Estado, Nação e Nacionalismo. Para Estado, ela utiliza a definição de Max Webber, que afirma o seguinte: “é uma comunidade humana que exige (com sucesso) o uso legítimo da força física dentro de um dado território”². Por Nação, a autora entende como sendo “um grupo humano consciente de formar uma

¹ O autor é estudante da Licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará, UFC.

comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e projeto comuns e a exigência do direito de se governar.” Já ao nacionalismo ela dá a seguinte definição: “sentimento de pertencer a uma comunidade cujo os membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.” A última idéia que pretendo abordar, baseando-me na autora, é a diferenciação entre nação e Estado nacional, sobre a qual se afirma: “o estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. O Estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns.”³

A partir dessas definições podemos traçar um quadro do que ocorreu com os Estados Unidos logo após a formação do seu Estado nacional.

Em primeiro lugar, o que chamamos de Estados Unidos era, antes da Independência, em 1776, 13 colônias inglesas na América do norte. Essas colônias gozavam de certa autonomia em relação à metrópole, o que segundo alguns, como Allan Nevins⁴, foi a experiência em autogoverno que deu o impulso para a luta pela emancipação em relação a sua pátria mãe. Grande parte da população das 13 colônias veio da Inglaterra, mas também havia imigrantes da Renânia, do norte da Irlanda, da Holanda e da França. A maioria deles era protestante e vinha para o novo mundo fugindo das perseguições religiosas, mas, principalmente, fugindo da fome na Europa.

Após os primeiros anos de instauração da República, podemos identificar a divisão das colônias em Norte e Sul, pelos aspectos de economia e sociedade. O Norte progressista, ligado ao comércio; e o Sul escravocrata, ligado a Plantation⁵. As diferenças entre as duas regiões só se agravaram com o passar dos anos, gerando, inclusive, uma guerra civil.

Então, a pergunta é: como poderia um estado com duas regiões tão diferentes ser uma nação, ou ter um nacionalismo? Na verdade não havia nacionalismo. Este teve de ser cuidadosamente engendrado por uma classe de políticos e intelectuais que viram a necessidade de se criar ou, como diz Hobsbawm, de se “inventar” o nacionalismo americano.

A formação de um Estado nacional é um fenômeno moderno. Hobsbawm compreende que a nação, nesse sentido moderno, era o corpo de cidadãos cuja soberania

coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política.⁶ O nacionalismo, definido por Guibernau como o sentimento de pertencimento a uma determinada nação, necessariamente se encaixa no que Hobsbawm define como “tradição inventada”. O que é uma idéia que implica em: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”⁷ Utilizando esse conceito para entendermos o caso norte-americano, é imprescindível ressaltar a importância das instituições que se encarregam da difusão dos valores e símbolos que posteriormente serão os símbolos da identidade nacional, são elas: a escola, o exército e a família e a religião.

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real, seja pela lenda (Boadiceia, Vercingetórix, Arminio, o Querusco) ou pela invenção (Ossian, manuscritos medievais tchecos). Também é obvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, a bandeira nacional, ou personificação da “nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não oficiais, como os esteriótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão.⁸

Para Guibernau, existem três aspectos principais para a criação da identidade nacional: o primeiro é a educação e as linguas nacionais; o segundo é a cultura, o investimento emocional; e o terceiro é o simbolismo, ritual, fixação e propagação.

A primeira grande medida era definir o passado comum norte-americano, algo que os lembrasse de seus projetos e criasse no imaginário o orgulho do pertencimento a uma comunidade. Como tinham um passado comum muito recente, a estratégia utilizada para se criar uma História americana foi justamente exaltar os heróis da Independência e a constituição. Segundo Allan Nevins, pouco antes da guerra de Independência terminar, os americanos comparavam os fundadores de sua nação a Romulo e Remo, sendo que Washington era posto ainda acima, em termos de virtude, dignidade e sabedoria.⁹ Essa escolha americana foi válida, afinal de acordo com Hobsbawm, o passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser

remoto, perdido nas brumas do tempo. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. São reações que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.¹⁰ Se esses símbolos deviam ser constantemente repetidos, fazia-se necessária a ampla disseminação das instituições propícias a este fim: o Exército, a Igreja, a Família, e principalmente, a escola.

John Adams afirmava a necessidade de “educação para todas as classes da população, das mais altas às mais inferiores.”¹¹ Mas a verdade é que a educação em seu início não correspondeu às expectativas dos governantes e só exerceu realmente um grande impacto na população após 1830, com a chegada de novas idéias vindas do exterior. A educação nos Estados Unidos foi idealizada como laica e universal. Para Guibernau, a educação tem papel fundamental na construção do nacionalismo porque ensinar a ler e a escrever envolve a constante repetição do catecismo cívico-nacional, em que a criança é impregnada de todos os deveres os quais se espera que ela cumpra: defender o Estado, pagar os impostos e obedecer às leis.¹² Isso que vai ao encontro do conceito de tradição inventada, por meio do qual a escola tem papel fundamental na fixação, através da repetição, dos símbolos nacionais, como a bandeira, o hino, os heróis da Independência e da cultura.

Sobre cultura, a autora afirma que: “Uma cultura comum, favorece a criação de laços de solidariedade entre os membros de uma dada comunidade e permite-lhes imaginar a comunidade a que pertencem como separada e distinta de outras”.¹³

Logo, os estadunidenses perceberam a emergência de uma cultura norte-americana; e as primeiras gerações, após a Independência tentaram a todo custo incentivar novos estilos literários. Era preciso criar uma linguagem americana e esta deveria ser superior à inglesa. Segundo Alan Nevins, a literatura norte-americana da primeira geração não conseguiu inovar e estilisticamente parecia mais a repetição do modelo inglês. Entretanto, foram obras como *Common Sense* e *The Federalist Papers*, e os documentos públicos de estadistas como Washington, Jefferson, Madison e John Marshall, obras sobre política e direito, que se sobressaíram nesse período.¹⁴

Nevins afirma que é após a guerra de 1812¹⁵ contra a Inglaterra, que a cultura norte-americana começa a ser construída de fato. Só então, que foi escolhido um ambiente quase que perfeito para que essa cultura totalmente nova se estabelecesse: o Oeste. Foi uma escolha deliberada por parte dos americanos, que viram ali a grande oportunidade de reclamar algo da cultura que era só seu, do qual não havia nenhum traço da cultura da mãe pátria inglesa para assombrá-los. Em seu início, o esforço literário americano teve mais sucesso em preservar algumas lendas, como as de Rip Van Winkle¹⁶ e Sleep Hollow, contribuições prestadas à literatura americana por Washington Irvin, que também imortalizou livros sobre o extremo oeste (Far West, faroeste) que incluíam clássicos como o conto *Astória*¹⁷.

A cultura comum, ao mesmo tempo que cria os laços de solidariedade entre os membros de uma dada comunidade, traz a idéia de que é preciso reconhecer no que está de fora, no estrangeiro, o diferente, aquele que não faz parte do sentimento nacional, que não se encaixa no projeto daquela comunidade.¹⁸ Assim, cabe lembrarmos que os Estados Unidos foram implacáveis com os “diferentes” que por dada razão se pusessem entre eles e o projeto nacional. Foi o caso da política oficial do governo Monroe em relação ao Nativo Norte americano, que era a de transferir o indígena para além das fronteiras brancas. As reservas indígenas tornavam-se cada vez menores e mais congestionadas com o avanço de colonos. A política em relação ao indígena só mudou com a Lei Dawes, de 1887, quando aquele passou a ser incorporado pelo projeto civilizatório, aniquilando de vez a cultura indígena.¹⁹

O Oeste foi escolhido como o fundador da cultura americana. Então os americanos reconheceram que era preciso desbravar o Oeste e tomar o território como seu.

DESTINO MANIFESTO E EXPANSÃO TERRITORIAL

Os norte-americanos já tinham uma cultura que podiam reclamar como sua, ela foi inventada e parecia realmente estar sendo aceita. O progresso financeiro era evidente e eles se vangloriavam de um governo altamente democrático, além disso o incentivo ao individualismo os tornara a “terra das oportunidades”. A busca por poder e *status* era o “motor” da geração pós-guerra Anglo-Americana, nem fronteiras políticas ou geográficas deteriam o ímpeto de expansão da nova geração.²⁰

Nesse ponto é importante falarmos das fronteiras móveis americanas, uma área limítrofe cuja a população esparsa ocupava-se principalmente de limpar terras e construir casas. Sempre abrindo novos caminhos para o oeste e aumentando o território americano. Como já falamos, os primeiros a sofrer a expansão da comunidade norte-americana foram os indígenas. Logo, as políticas agressivas em relação à aquisição de territórios chegaram ao vizinho México e às áreas que pertenciam à Inglaterra e à França no continente norte-americano.

A expansão territorial americana para o Oeste prosseguia, e era ideologicamente amparada por pressupostos românticos sobre fé, superioridade e um destino grandioso de suas instituições livres. Era o “Manifesto Destino” que impulsionava o imaginário da população e legitimava a tomada de territórios, afinal eles entendiam que eram o povo escolhido por Deus para estabelecer uma comunidade baseada na fé e no trabalho e que expandir essa comunidade o máximo possível não era uma opção e sim um dever. É importante perceber dentro da doutrina do destino manifesto, a idéia de comunidade fechada que a nação americana começava a expor nesse período. O país aceitava a imigração européia, mas os postos políticos e administrativos estavam muito bem resguardados por leis que restringiam o acesso a cargos públicos. O país crescia e necessitava de terra barata para oferecer aos seus habitantes, por isso a política de expansão territorial dos Estados Unidos seguiu em ritmo acelerado, principalmente após a posse do presidente James Polk (1845 – 1849), que levou a cabo a anexação do Texas, um estado que havia conseguido sua Independência em relação ao México e que era povoado por colonos ingleses e americanos, e começou uma série de hostilidades contra o México, tendo em vista a aquisição da Califórnia mexicana, que foi adquirida mas não antes de uma guerra entre os dois países e um posterior acordo de venda do território aos americanos.

A doutrina do destino manifesto não se restringiu à conquista do Oeste. Os norte-americanos viam as águas como uma fronteira justa para o seu território. Com essa política os Estados Unidos conseguiram os Estados da Luisiana (comprado à França), Oregon, Texas (anexado), Novo México e Califórnia (comprado ao México). Também a chegada ao Oriente se tornou um objetivo econômico em meados da década de 1840. Eles já tinham relações comerciais com portos chineses e em 1853 conseguiram também negociar um tratado com o Japão, que estava fechado há séculos para intercâmbio com os europeus. Visando ser uma potência no Pacífico, os Estados

Unidos precisavam de rápidas comunicações e logo investiram nas negociações sobre o Panamá, tendo em vista a construção de ferrovias e de um canal.

CONCLUSÃO

Concluimos que a formação do Estado nacional americano foi, primeiramente, uma aliança apenas política entre os seus Estados federados, mas que, posteriormente, foi alvo de um esforço conjunto de seus governantes e intelectuais para incutir na população o sentimento de nacionalismo através da criação de um passado comum, os heróis da Independência, de uma cultura reconhecida como americana; o oeste, pela repetição e também a formalização de rituais cívicos. Essas metas foram alcançadas principalmente pela ação de instituições como a Escola, o Exército, a Igreja, e a Família. Após esse esforço inicial para a criação de um nacionalismo americano, foi através da idéia de povo escolhido ou, como eles mesmos denominavam: “destino manifesto”, que então partiram para a agressiva política de expansão e de domínio territorial do continente, anexando, comprando ou imprimindo guerras para alcançar os seu objetivos.

NOTAS

¹ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 55.

² WEBBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 60.

³ GUIBERNAU, Montserrat. Op. Cit., p. 56 e 57.

⁴ Allan Nevins era Jornalista e Historiador. Trabalhou muitos anos na Universidade de Columbia e ficou mais conhecido por fazer biografias. Cito este autor em especial por usar a sua obra *Breve História dos Estados Unidos*, como a principal fonte para dados factuais sobre o século XIX da história Norte-Americana.

⁵ Nos Estados Unidos logo após a Independência, o discurso preferia falar em povo, união, confederação, nossa terra comum, público, bem-estar público ou comunidade, para evitar as implicações unitárias e centralizantes do termo “nação” em relação aos direitos dos Estados federados.

⁶ HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.31.

⁷ HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence *A Invenção das Tradições*. 2ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 9.

⁸ Idem, p.15

⁹ NEVINS, Allan. COMMAGER, Henry Steele. *Breve História dos Estado Unidos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. p.180

¹⁰ HOBBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. Op. Cit, p.10

¹¹ NEVINS, Allan. COMMAGER, Henry Steele. Op. Cit., p. 184.

¹² GUIBERNAU, Montserrat. Op. Cit., p. 79.

¹³ Idem, p. 176.

¹⁴ NEVINS, Allan. COMMAGER, Henry Steele. Op. Cit., p. 176.

¹⁵ A Revolução Francesa trouxe problemas para os EUA devido às diferenças entre as facções federalistas (admiradores da Inglaterra) e os republicanos (admiradores da França revolucionária), e a acentuação da rivalidade da França com a Inglaterra, que não tolerava a independência da ex-colônia. Além disso, os britânicos ainda tinham ligações comerciais com os sulistas. Eles tentaram de todas as maneiras impedir os acordos entre franceses e nortistas, utilizando-se da força: apresamento de navios da ex-colônia, desafiando a soberania nacional e prejudicando as indústrias; recrutamento forçado de norte-americanos por ingleses; problemas com índios no oeste, instigados por britânicos no Canadá; e, em para os EUA, a conquista da mesma, fato esse almejado por eles.

Entre 1812 e 1814 ocorreu o conflito, durante o governo do presidente James Madison. Apesar dos desastres sofridos, o Tratado de Gand, que acabou com a guerra, não promoveu modificações no mapa dos Estados Unidos. Melhor, reforçou o sentimento nacionalista da população.

¹⁶ Rip van Winkle é o nome de uma narrativa curta, escrita por Washington Irving e ao mesmo tempo é o nome do protagonista desta dita história. Este conto foi escrito durante um estágio de Irving na Inglaterra e conta sobre os tempos antes e após a Revolução americana. Conta a história de um Homem, que fugindo de sua esposa má, corre até uma floresta. Depois de muitas aventuras ele põe-se a descansar debaixo de uma árvore umbrosa e adormece. Vinte anos após ele acorda e decide regressar à sua vila. Ele mete-se logo em dificuldades quando ovaciona George III não sabendo que no entanto se tinha realizado a Revolução e que já não se deve de saudar a Monarquia.

¹⁷ NEVINS, Allan. COMMAGER, Henry Steele. Op. Cit., p. 177.

¹⁸ GUIBERNAU, Montserrat. Op. Cit., p. 91.

¹⁹ Essa lei foi desastrosa para os índios. A maior parte das terras da reserva, principalmente as melhores, acabou em mãos de colonos brancos. Destruída a autoridade tribal, índios isolados eram frequentemente vitimados por seus vizinhos brancos. Em 1934, essa política foi revogada pela lei de reorganização dos índios, numa tentativa de proteger o que sobrara da vida tribal.

²⁰ SELLERS, Charles.MAY, Henry. McMILLEN, Neil R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos: de Colônia a Potência Imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 166.